



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 1129/2022

“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 044/2013 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013, E DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL NO MUNICÍPIO DE MARI/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MARI, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Esta Lei institui no âmbito do Município de Mari-PB, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de produtos de origem animal e vegetal e sobre a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal, produzidos no município de Mari e destinados ao consumo, nos limites de sua área geográfica, nos termos do artigo 23, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o disposto na Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989.

Art. 2º - Fica criado o Setor de Inspeção, Fiscalização e Defesa Agropecuária, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Agrário.

Art. 3º Fica criado o cargo de Chefe do Setor de Fiscalização e Defesa Agropecuária que tem as seguintes atribuições:

- I – Dirigir os trabalhos do SIM;
- II - Decidir os casos que lhe forem submetidos;
- III - Articular-se com os órgãos estaduais e federais congêneres, a fim de promover articulação, integração dos serviços e atividades do SIM com estes;
- IV - Promover as medidas administrativas para o SIM integrar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) e seus sistemas ou subsistemas, especialmente o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º - O Chefe do Setor do SIM deverá ter graduação em Medicina Veterinária, Zootecnia, Agroindústria ou Agronomia e será de livre nomeação e exoneração através de Portaria do chefe do Poder Executivo Municipal;

PARÁGRAFO ÚNICO - O Chefe do Setor do SIM será remunerado(a) de acordo com o subsídio definido em Lei específica que esteja em vigor.

§4º - O SIM poderá solicitar a colaboração dos demais órgãos e servidores municipais para seu funcionamento regular ou extraordinário.

Art. 5º - O Serviço de Inspeção Municipal – SIM do município de Mari tem por finalidade:

I - a inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no Município de Mari.

II - Inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal e seus produtos;

III - Realizar o registro sanitário dos estabelecimentos de produtos de origem animal, vegetal e de seus produtos;

IV - Proceder a coleta de amostras de água de abastecimento, matérias-primas, ingredientes e produtos para análise.

V – Notificar e autuar infratores, apreender produtos, suspender, interditar ou embargar estabelecimentos, cassar registro de estabelecimentos e de produtos, levantar suspensão ou interdição de estabelecimentos.

VI - Realizar ações de combate a atividades clandestinas ou irregulares;

VII - Realizar ações de divulgação de boas práticas e colaborar com campanhas educativas ou informativas no âmbito de sua competência;

VIII - Realizar outras atividades relacionadas a inspeção e fiscalização sanitária de produtos de origem animal e vegetal que, porventura, forem delegadas ou atribuídas ao SIM, de acordo com a legislação federal ou estadual pertinente.

IX – Agir prioritariamente de forma orientativa e educativa com o intuito de evitar o aspecto estritamente punitivo, objetivando a adequação e regularização dos empreendimentos à legislação vigente.

Art. 6º - Fica ressalvada à competência da União e do Estado, a inspeção e a fiscalização de que trata esta lei, quando a produção for destinada ao comércio intermunicipal, interestadual ou internacional, sem prejuízo da colaboração do SIM.

Art. 7º - A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão procedidas, entre outros:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO

- I - Nos estabelecimentos industriais especializados situados em áreas urbanas ou rurais e nas propriedades rurais com instalações para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;
- II - Nos entrepostos de recebimento e distribuição de pescado e nas fábricas que o industrializar;
- III - Nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nas propriedades rurais com instalações para a manipulação, a industrialização ou o preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma para o consumo;
- IV - Nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;
- V - Nos estabelecimentos destinados à recepção, extração, manipulação do mel e elaboração de produtos apícolas;
- VI - Nos entrepostos que, de modo geral, recebem, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;
- VII - Nas unidades de manipulação de produtos de origem vegetal minimamente processados.

Art. 8º - Serão objeto de inspeção e fiscalização previstas nesta Lei, entre outros:

- I - Os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;
- II - O pescado e seus derivados;
- III - O leite e seus derivados;
- IV - Os ovos e seus derivados;
- V - O mel de abelha, a cera e seus derivados;
- VI - Produtos de origem vegetal minimamente processados para consumo direto.

Art. 9º - O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria familiar de pequeno porte, conforme a legislação aplicável aos produtos artesanais.

Art. 10 - A fiscalização e a inspeção de que trata a presente lei serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo as necessidades do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estabelecimentos que realizam operações de abate de animais deverão possuir inspeção permanente para seu funcionamento.

Art. 11 - Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

- I - Requerimento, dirigido ao Serviço de Inspeção Municipal, solicitando o registro;
- II - Planta baixa ou croqui das construções, acompanhadas do memorial descritivo;
- III - Ato constitutivo atualizado de pessoa jurídica (contrato social ou estatuto), devidamente registrado, observado o art. 45 do Código Civil;



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

- IV - Registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme for o caso;
- V - Declaração de prestação de serviços de responsável técnico;
- VI - Licenças (alvarás) de localização e de funcionamento ou documento equivalente, fornecido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Mari;
- VII - Licença ambiental ou dispensa de licença ambiental fornecida pelo órgão ambiental competente;
- VIII - Boletim de exames físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, fornecido por laboratório credenciado junto aos órgãos competentes;
- IX - Memorial descritivo técnico sanitário do estabelecimento;

- X - Descrição de programa de autocontrole, que contemple as Boas Práticas de Fabricação de Alimentos – BPF, conforme legislação federal aplicável;
- XI - Comprovante de pagamento da taxa de registro do SIM.

§1º - O documento a que se refere o inciso X do caput poderá ser apresentado no prazo fixado pelo Chefe do SIM, que não será superior a 180 (cento e oitenta) dias e será exigível para o funcionamento do estabelecimento.

§2º - Regulamento disporá sobre documentos e procedimentos para registro de estabelecimento ou de produtor no SIM, podendo acrescentar ou excluir documentos previstos no caput, a fim de adequar-se à legislação estadual ou federal e garantir maior eficiência, agilidade e controle.

Art. 12 - O município cobrará taxa de expediente para realização e renovação de registro dos estabelecimentos e seus produtos, que terão seus preços estabelecidos por decreto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os prazos para renovação de registro dos estabelecimentos e seus produtos serão determinados em instrução normativa formuladas pelo Departamento de Inspeção, Fiscalização e Defesa Agropecuária.

Art. 13 - O registro do estabelecimento será concedido após apresentação dos documentos solicitados no art. 11 e mediante emissão de “Laudo de Vistoria Final de Estabelecimento” favorável.

Art. 14 - Os estabelecimentos registrados no SIM deverão garantir que as operações possam ser realizadas seguindo as boas práticas de fabricação (BPF), desde a recepção da matéria-prima até a entrega do produto alimentício ao mercado consumidor, sem prejuízo de outras exigências fixadas na legislação federal e estadual pertinente e em regulamento.

Art. 15 - Os produtos deverão atender aos regulamentos técnicos de identidade e qualidade, aditivos alimentares, coadjuvantes de tecnologia, padrões microbiológicos e de rotulagem, conforme a legislação vigente.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Os produtos que não possuam regulamentos técnicos específicos poderão ser registrados, desde que atendidos os princípios das boas práticas de fabricação e segurança de alimentos e não resultem em fraude ou engano ao consumidor;

§ 2º - O SIM poderá criar normas técnicas específicas para os produtos mencionados no parágrafo §1º deste artigo;

Art. 16 - As autoridades de saúde pública devem comunicar ao SIM os resultados das fiscalizações e análises sanitárias realizadas nos produtos alimentícios de que trata esta Lei, apreendidos ou inutilizados nas diligências a seu cargo.

Art. 17 - As infrações às normas previstas nesta lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I – Orientação disciplinar, de caráter pedagógico, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má fé;

II – Advertência quando houver a primeira reincidência e não tiver agido com dolo ou má fé;

III – Multa, quando houver a segunda reincidência e/ou tiver agido com dolo ou má-fé, observado o disposto nos arts. 18 e 19;

IV - Apreensão e/ou inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterados;

V – Suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço da ação fiscalizadora;

VI – Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§1º - As multas serão aplicadas levando em consideração o porte do estabelecimento, a primariedade do infrator, a quantidade, a destinação e a potencialidade de danos à saúde humana;

§2º - Constituem agravantes os usos de artifício ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal e reincidência.

§3º - A interdição será levantada quando forem cumpridas ou atendidas as exigências da legislação sanitária, cujo descumprimento motivou a sanção.

§4º - Se a interdição não for levantada no prazo de doze (12) meses, será cancelado o respectivo registro e alvará de funcionamento do estabelecimento e aplicada multa de acordo com o caput.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

§5º - As medidas previstas nos incisos III, IV e V do caput poderão ser adotadas cautelarmente, devendo ser justificada motivadamente nos autos do procedimento.

Art. 18 - Infrações classificam-se em:

- I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II – Graves, aquelas em que o infrator for verificado uma circunstância agravante;
- III – Gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de uma ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 19 - A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I – Nas infrações leves, de 01 (uma) a 20 (vinte) UFR/PB (Unidade Fiscal de Referência), do Estado da Paraíba;
- II – Nas infrações graves, de 21 (vinte e um) a 70 (setenta) UFR/PB (Unidade Fiscal de Referência), do Estado da Paraíba;
- III – Nas infrações gravíssimas, de 71 (setenta e um) a 100 (cem) UFR/PB (Unidade Fiscal de referência) do Estado da Paraíba;

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas poderão ser elevadas até o máximo de cinquenta vezes os limites estabelecidos nos incisos I, II e III quando, de acordo com o porte do estabelecimento, não se mostrar eficiente seu caráter sancionador.

Art. 20 - Para a imposição da pena e sua graduação, a autoridade do SIM observará:

- I – As circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II – A gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III – Os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 21 - São circunstâncias atenuantes:

- I – A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II – A errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente à incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III – O infrator, por espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde que lhe for imputado;
- IV – Ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V – Ser o infrator primário e a falta cometida, de natureza leve. Parágrafo único - Não serão consideradas quaisquer circunstâncias atenuantes para as infrações consideradas hediondas.

Art. 22 - São circunstâncias agravantes:



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

- I – Ser o infrator reincidente;
- II - Ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III – O infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV – Ter a infração consequências calamitosas à saúde;
- V – Se, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde, o infrator deixar de tomar providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI – Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé;
- VII – O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;
- VIII – Reações tempestivas ou raivosas contra funcionários públicos ou agentes de controle e fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e caracteriza a infração como gravíssima.

Art. 23 - Para efeito de apreensão e/ou condenação, além dos casos específicos previstos nesta lei, consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal ou vegetal que:

- I – Apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;
- II – Forem adulterados, fraudados ou falsificados;
- III – Contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;
- IV – Forem prejudiciais ou imprestáveis à alimentação por qualquer motivo;
- V – Não estiverem de acordo com o previsto na presente lei;
- VI – Não apresentarem sinais característicos da realização de inspeção sanitária.

Art. 24 - Nos casos do artigo anterior, independente de quaisquer outras penalidades que couberem, serão adotados os seguintes critérios:

- I – Nos casos de apreensão, após reinspeção completa, será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após o rebeneficiamento determinado pelo SIM, acompanhado de parecer.
- II – Nos casos de condenação, permite-se sempre o aproveitamento das matérias primas e produtos para fins não comestíveis ou alimentação de animais, em ambos os casos mediante parecer do SIM.

Art. 25 - Além dos casos específicos previsto nesta lei, são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações como regra geral:



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

I – Adultrações:

- a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;
- b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria prima alterada ou adulterada;
- c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto sem prévia autorização do SIM;
- d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;
- e) mascarar a data de fabricação com intenção dolosa.

II – Fraudes:

- a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;
- b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão quanto aos produtos fabricados;
- c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando o aumento de volume ou peso, em detrimento de sua composição normal ou de valor nutritivo intrínseco;
- d) conservação com substâncias proibidas;
- e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III – Falsificação:

- a) quando os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégios, ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;
- b) quando forem usadas denominações diferentes nas previstas nesta lei ou em fórmulas aprovadas.

Art. 26 – O auto de infração descreverá a conduta e apontará a penalidade proposta, nos termos desta lei e em regulamento, considerando as circunstâncias de fato e a conduta do infrator.

Art. 27 - O SIM poderá integrar ou participar de consórcios públicos, observada a legislação federal vigente, sem prejuízo do aproveitamento de laudos e



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

documentos produzidos no âmbito de consórcios públicos dos quais não participe ou integre.

Art. 28 – A infração a esta legislação será apurada em processo administrativo, iniciado com o auto de infração, que registrará objetivamente as condutas, os fatos e a autoria, bem como indicará as provas e demais termos que lhe servirão de instrução, e proporá a aplicação da penalidade cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO - As provas e demais objetos apreendidos serão acompanhadas do auto de infração e integrarão o processo administrativo respectivo.

Art. 29 – Regulamento disporá sobre o processo administrativo, suas fases e instrução, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa e observada a razoável duração do processo, nos termos da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Chefe do SIM poderá baixar normas para orientar a instrução do processo pelos Fiscais de que trata esta Lei.

Art. 30 - O autuado poderá impugnar o auto de infração, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao Chefe do Serviço de Inspeção Municipal, apresentando defesa com razões de fato e de direito, acompanhada das provas que entender cabíveis, inclusive exames e perícias.

§1º – O autuado poderá produzir qualquer prova admitida pelo direito, às suas expensas, especialmente exames ou perícias, que deverá ser indicada na impugnação, sob pena de preclusão.

§2º - Os laudos de exames ou perícias deverão ser anexados aos autos em até 30 (trinta) dias após a apresentação da defesa, se pendentes de conclusão nessa data, sob pena de preclusão.

§3º - O prazo do §2º poderá ser prorrogado, se o exame ou perícia não puder, de acordo com sua metodologia técnica ou científica, ser concluído nesse prazo, segundo atestado ou declaração do perito ou do responsável técnico.

Art. 31 – Concluída a instrução, o julgamento do Auto de Infração será realizado em primeira instância, motivadamente, pelo Chefe do SIM, considerando os elementos dos autos e as razões da defesa, no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º - O julgamento será pela procedência ou improcedência, parcial ou total, do auto de infração.

§2º - A procedência do auto de infração poderá confirmar ou aplicar penalidade diferente, mais grave ou mais branda, do que nele estiver proposto.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 32 – Da decisão de primeira instância caberá, no prazo de 10 dias, recurso administrativo:

I – De ofício, quando a decisão de primeira instância for pela improcedência do auto de infração que imputar infrações graves ou gravíssimas;

II – voluntário do autuado.

§1º - Apresentado recurso, poderão ser apresentadas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias contados da intimação.

§2º - Têm legitimidade para apresentar contrarrazões:

I – o Chefe do SIM ante recurso voluntário;

II – o autuado ante recurso de ofício;

Art. 33 - A decisão não recorrida e a decisão sobre recursos serão definitivas e farão coisa julgada no âmbito administrativo.

Art. 34 – Os recursos serão decididos motivadamente pelo Secretário da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Agrário, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 35 - Transitada em julgado a decisão administrativa condenatória, o infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias para cumprir a obrigação.

Art. 36 - As decisões definitivas do processo administrativo serão executadas:

I - Administrativamente;

II - Judicialmente.

Art. 37 - Serão executadas por via administrativa:

I - A pena de advertência, através de notificação à parte infratora;

II - A pena de multa, enquanto não inscrita em dívida ativa, através de notificação para pagamento;

III - A pena de apreensão de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, equipamentos e utensílios com lavratura do respectivo termo de apreensão;

IV - A inutilização de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, após a apreensão com lavratura do respectivo termo de inutilização;

V - A pena de suspensão através da notificação determinando a suspensão imediata das atividades com a lavratura do respectivo termo de suspensão;



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

VI - A pena de interdição do estabelecimento com a lavratura do respectivo termo no ato da fiscalização.

§1º - Os modelos de auto de infração, de multas, apreensão, termos, cadastros e fichas de cadastrados serão elaborados pelo Chefe do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 38 - Nos casos de pena pecuniária, a não quitação do débito ensejará a inscrição na dívida ativa da instituição e promoção da execução fiscal.

Art. 39 - Após inscrição em dívida ativa, a pena de multa será executada judicialmente.

Art. 40 - Para fins de inscrição de débitos em dívida ativa será observado o procedimento adotado pela Secretaria Municipal de Finanças ou pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 41 - A inclusão e a baixa da dívida ativa serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Finanças ou pela Procuradoria Geral do Município, conforme dispuser a legislação municipal.

Art. 42 - A execução da dívida será promovida, no âmbito administrativo ou judicial, pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 43 - As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade, quando do processo constarem os elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

Art. 44 - A defesa e/ou recurso, quando produzidos por procurador, deverão estar acompanhados do instrumento de mandato sob pena de não serem apreciados.

Art. 45 - O produto da arrecadação das multas e das taxas decorrentes da aplicação desta lei será destinado ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agrário.

Art. 46 - Fica criada a Taxa de Serviço de Inspeção Municipal (TSIM), cujo fato gerador é o exercício regular da atuação municipal conferida ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para inspeção de estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, que terão seus preços estabelecidos por decreto, sendo elas:

§1º - O sujeito passivo da TSIM é a pessoa física ou jurídica sujeita à presente Lei, especialmente a que exerça atividades de fabricação, abate, transporte de produtos de origem animal e vegetal, ou qualquer de seus estabelecimentos.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO

§2º - A TSIM será devida, por contribuinte, conforme fatos geradores estabelecidos por decreto.

§3º - Aplicam-se à TSIM, quanto ao pagamento, recolhimento e inadimplemento, as normas aplicáveis aos demais tributos municipais, exceto quanto à multa de mora, fixada em 50% (cinquenta por cento).

§4º - São isentos do pagamento da TSIM os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal que realizem os fatos geradores constantes do Anexo Único desta Lei.

§5º - O fato gerador da TSIM ocorrerá no momento de cada evento ou processo estabelecido por decreto, cujo vencimento do pagamento dar-se-á no último dia útil do mês em que ocorrer;

§6º - A renovação de registro de estabelecimento far-se-á no mês de janeiro do ano correspondente.

Art. 47 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Agrário, constantes do Orçamento Geral do Município, suplementadas se necessárias.

Art. 48 – Serão designados, por ato do Chefe do Poder Executivo, servidores públicos municipais para exercício da função de fiscal do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que tenham formação em nível superior nas áreas de Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Agroindústria, Nutrição e Engenharia de alimentos.

Art. 49 - A presente lei será regulamentada por meio de decreto municipal, que definirá a estrutura regimental do SIM e poderá dispor sobre processo administrativo, procedimentos de fiscalização e inspeção, além de normas específicas quanto a lançamento e recolhimento da TSIM, observada as normas gerais de direito tributário prevista na legislação federal.

Art. 50 - As taxas e multas previstas nesta lei serão reajustadas pelos mesmos índices e datas que se aplicarem aos demais tributos municipais.

Art. 51 – Os prazos previstos nesta lei são contados da comunicação do ato, em dias corridos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

§1º - Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que não houver expediente normal no âmbito da Administração Municipal ou for considerado facultativo.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
GABINETE DO PREFEITO**

§2º - Excetuada a notificação para apresentação de defesa, as demais comunicações serão realizadas por intimação publicadas no Jornal Oficial do Município, facultadas a comunicação postal com aviso de recebimento, pessoal contra recibo e pelas vias eletrônicas através de endereço eletrônico.

Art. 52 – Na interpretação, integração e aplicação desta Lei e de seus regulamentos, serão consideradas as disposições constantes da legislação federal, estadual ou municipal, especialmente a que se referir a inspeção, agropecuária, de obras e posturas, de produção de alimentos, dentre outras.

Art. 53 - O inciso IX do art. 19 da Lei Municipal n.º 964, de 02 de fevereiro de 2017, passa a vigorar acrescida com a seguinte redação:

“Art. 19:.....

3. (.....)

4. Setor de Inspeção, Fiscalização e Defesa Agropecuária

Art. 54 - Fica autorizado o Poder Executivo, por ato próprio, realizar as adequações orçamentárias e financeiras, necessárias à execução do previsto nesta Lei, referente ao Orçamento de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado através de Decreto, a fazer alterações necessárias, no Plano Plurianual 2022-2025, na Lei de diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual dos anos respectivos.

Art. 55 - O ANEXO I da Lei Municipal nº 964, de 03 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a inclusão do cargo criado por esta Lei.

Art. 56 - Fica revogada a Lei Municipal nº 044/2013, 16 de setembro de 2013 e as demais disposições em contrário.

Art. 57 – Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARI -PB, EM 06 DE OUTUBRO DE 2022.


ANTÔNIO GOMES DA SILVA
PREFEITO